

**PRODUÇÃO DA RIQUEZA E REPRODUÇÃO DA
MISÉRIA NA CAPITAL DO IMPÉRIO
BRASILEIRO, 1850 - 1880**

*Artur José Renda Vitorino **

RESUMO: Ao tomar como objeto de estudo a cidade do Rio de Janeiro durante as décadas de 1850 a 1880, este artigo analisa as possibilidades históricas de existência de mercado de trabalho livre em uma economia mercantil urbana que foi capaz de produzir riqueza e reproduzir miséria em meio à escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Produção/reprodução. Mercado de trabalho. Escravidão – Rio de Janeiro.

ABSTRACT: When taking as study object the city of Rio de Janeiro during the decades of 1850 to 1880, this article analyzes the historical possibilities of existence of free labor market in an urban mercantile economy that was capable to produce wealth and to reproduce misery in midst of slavery.

KEYWORDS: Production/reproduction. Labor market. Slavery – Rio de Janeiro.

1. Rio de Janeiro e Londres: simetria invertida e combinada

No *Correio Mercantil*, jornal ligado aos ideais liberais, foi publicado nas colunas do seu suplemento “Pacotilha”, de outubro de 1853, a seguinte preocupação com a pobreza carioca:

* Professor doutor da Faculdade de História do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da PUC-Campinas. E-mail: arturvitorino@uol.com.br.

O lord inglez, que atravessando as ruas de Londres felicitava o mendigo que lhe pedia pão, por ter fome, exprimia uma grande verdade social. Os felizes da vida, aquelles para quem a existencia é uma senda florida que a indiferença e o egoismo lhe ajudão a percorrer, não comprehendem que sobre o nosso solo que um sol esplendido illumina, se possa morrer de fome, passando por todos os trances de uma longa e dolorosa agonia.

[...] Em um miseravel casebre na rua de S. Pedro n. 177 agonisa sobre um immundo catre um pobre marinheiro cego e paralytico. A seu lado geme sobre uma enxerga, não menos fetida e humida, sua mulher; e duas innocentes meninas, da qual a mais velha terá 8 annos, contemplão, com essa intelligencia precoce que a dura mão da desgraça desenvolve, esse quadro doloroso, em cujo horisonte negro se debuxão já, ainda que indecisos para ellas, dous terriveis espectros – a prostituição e a indigencia.- Essas duas infelizes, para quem a manhã da vida se reveste de tão negras côres, talvez tenham um dia de amaldiçoar, como Job, a hora de seu nascimento, quando o cynismo social lhes houver offertado a escolha entre a fome que leva ao cemitério, e a prostituição que leva ao hospital. Não chamamos ninguem responsavel desse drama que passa, ignorado, em um tristissimo tugurio, onde falta até ar, e onde uma atmospheria humida e pestilenta apressa a victoria da morte. Narramos o facto apenas, porque para nós elle confirma duas tremendas verdades: o quanto ainda estamos longe do triumpho da lei de Christo, e o quanto é profunda a nossa indiferença para tudo o que não são prazeres faceis e superfluos.

[...] Para que o Rio de Janeiro seja uma capital como Londres, já não falta tudo: a fome ahi está, precedendo o cortejo desses melhoramentos de que com justa razão a civilização moderna se mostra tão ruidosa.

Mas não será deshonoroso para nós esse quadro de miseria, essa scena luctuosa que a imaginação não tem côres para descrever? E', e por demais.

E é por isso que pedimos esmolas e protecção [para] os pobres da rua S; Pedro, convencidos [de que] não será baldada a nossa

esperança.¹

Na pena dos cronistas da “Pacotilha”, a miséria londrina quando comparada com a carioca ganhava a forma de um sorites. A “verdade social” era desnudada em Londres através do contraste exibido pela pobreza e opulência, coexistindo em um mesmo espaço urbano uma polarização emblemática gerada pela primeira industrialização. A miséria causava transtorno para os transeuntes urbanos, podendo, como às vezes acontecia, ser atenuada pela filantropia. Pelos olhos da época, Londres era o mais vivo exemplo de como o capitalismo industrial criava numa mesma cidade “duas nações” antagônicas.

Mas se lá em Londres a riqueza e a pobreza estavam juntas,² como irmãs siamesas, aqui, na cidade imperial do Rio de Janeiro, as relações sociais (escravismo e latifúndio) herdadas da colônia continuavam travando a constituição integral de um mercado interno capitalista, sobrando-nos somente os seus males. “Para que o Rio de Janeiro seja uma capital como Londres, já não falta tudo: a fome ahi está, precedendo o cortejo desses melhoramentos de que com justa razão a civilização moderna se mostra tão ruidosa.”

¹ “141ª edição da Pacotilha”, *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 9 out. 1853, p.1. Nas transcrições, nos nomes próprios e de jornais ou instituições, optei por manter a ortografia original. Doravante seguirei este critério.

² “Quem percorre a Europa” – escreveu Sebastião Ferreira Soares em *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1860, p. 341-2 – “e com vistas indagadoras observa alguns daquelles Estados [Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha], vê que em par com a opullencia jaz a miseria; porquanto, entre os confortaveis gozos que se desfructão nas sumptuosas capitaes e habitações campestres, se descobre a mais hedionda penuria; logo a poucos passos do palacio do senhor feudal, ou do rico potentado, avista-se o misero tugurio daquelles que só de homem tem a alma, pois as suas descarnadas figuras mais os assemelha a esqueletos sepulcraes que a humanos viventes: são porém estas as consequencias resultantes da sociedade dos poderosos no seculo actual, ao qual os homens vaidosos appellidão das luzes, quando com maior razão se poderia chamar o seculo da miseria.”

Com sua temporalidade histórica diferenciada, mas não desligada do espaço econômico gerado pelo capitalismo industrial, deste lado do Atlântico a passagem da economia colonial para a economia exportadora capitalista³ fazia com que os males produzidos pelo capitalismo antecedessem os seus benefícios, dissociando opulência e pobreza. Nessas plagas, a miséria, acompanhada de todas as desolações, era em elevada escala quando comparada com as diminutas benesses restritas ao círculo da elite endinheirada e consumidora de bens de consumo importados.⁴

Neste sentido, o fato principal, para o qual deveriam convergir as vistas dos legisladores e do governo do período, era o da existência de um grande número de indivíduos sem ocupação, que, por não constituírem força de trabalho, tornavam-se inativos consumidores. Essa situação levou o contemporâneo economista Sebastião Ferreira Soares a perguntar:

Se todos são concordes em que ha falta de braços no paiz para os serviços da lavoura, porque se consente tanta gente desoccupada e entregue ao ocio e ao deboche nas nossas populosas cidades, e mesmo nos pequenos povoados e fazendas? Porque não se trata de formar nucleos coloniaes em que se empreguem no trabalho,

³ Cf. João Manuel Cardoso de MELLO, *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10. ed., Campinas: Unicamp, 1998, p. 31-92.

⁴ Ao comentar a sinopse das mercadorias estrangeiras importadas no Brasil nos exercícios de 1854-55 e de 1863-64, Sebastião Ferreira Soares escreveu: "comparando-se por especies alguns artigos descriptos, vê-se que no ultimo exercicio de 1863-64 a importação das bebidas alcoholicas se elevou sobre a realizada em 1854-55 na somma de 2.872:000\$000; isto é, em 65 por cento proximate: as carnes salgadas e fumadas forão acima das importadas no 1º exercicio em quase o sextuplo do seu valor: os tecidos de seda, e os mixtos tambem forão no ultimo exercicio a mais do triplo; e estes factos revelão a toda a evidencia o luxo excessivo de que se acha eivado o paiz, o qual cumpre fazer desaparecer, ou pelo menos modificar." Sebastião Ferreira Soares. *Elementos de estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 103.

e sejam aproveitados tantos individuos ociosos? Não se evitaria assim praticando que apparecesse o pauperismo e a miseria, em um paiz como o nosso, onde o trabalho superabunda, e é bem retribuido? Não revelará este deleixo, que nós, nação de hontem, já nos achamos eivados de todos os hediondos vicios das velhas sociedades, sem que possuamos as suas melhores qualidades?!... Tudo isto serve para revelar – que existe grande vicio organico no nosso regimen interno.⁵

Ou seja, para esse autor, na Europa a falta de terras devolutas onde a superabundância da população pudesse aplicar-se ao trabalho explicava a grande corrente de emigração que, a partir do segundo quartel do século XIX, tinha se dirigido, principalmente, para os EUA e para a Austrália; assim como também justificava as dificuldades com que tinham de lutar os economistas para debelarem o pauperismo que em tão elevada escala flagelava o velho mundo. No nosso país, porém, não existiam as causas que atuaram na velha Europa para que houvesse o pauperismo. Por isso, admirava-se Sebastião Ferreira Soares que já em tão grande escala a miséria fosse aparecendo nas nossas cidades e povoados, e até mesmo junto dos mais importantes estabelecimentos rurais. Afinal, argumentava:

O Imperio brasileiro possuindo, como possui, um vastissimo territorio, cuja area quadrada mede 256,886 leguas, e tendo uma população que não é superior a 10,000,000 de almas, vem a caber a cada legua quadrada 38 habitantes; comparando-se, pois, o nosso territorio e população com a extensão da Europa e seus habitantes, reconhece-se que o Brazil ainda não tem senão a 25ª parte da população que póde comportar, o que induz a concluir que o pauperismo entre nós é uma aberração da ordem natural das sociedades, com o que se revela grande defeito organico na divisão

⁵ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1860, p. 7.

do trabalho; porquanto, as dificuldades que se oppoem na Europa á extincção do pauperismo não existem ainda na nossa moderna sociedade; isto é, alli as terras faltão e a população superabunda; e aqui as terras existem em grande quantidade, e faltão-nos homens para aproveita-las. A divisão do trabalho e arroteamento das terras póde ser feito no Brazil sem grave esforço e abalo social; e principalmente quando o trabalho não falta e é retribuido: o pauperismo entre nós é por consequencia originado pelo defeito organico do nosso regimem interno, o qual instantemente reclama ser revisto e melhorado.⁶

A Sebastião Ferreira Soares fugiram (nem poderia ser de outra forma) as análises de Marx sobre a formação do capitalismo. Examinando o caso da Inglaterra, em que o processo de constituição do capitalismo foi pioneiro, Marx descreveu historicamente como entre os séculos XVI e XIX ocorreu neste país a chamada acumulação primitiva de capital. Em uma de suas dimensões principais, o ponto de partida da formação do capitalismo estava em realizar a expropriação dos produtores diretos, mediante o *enclosure*, que permitiu tanto a transformação da terra em propriedade, quanto a constituição do proletariado.

De acordo com Marx, na Europa foi criado um processo de subordinação e enquadramento dos homens expelidos do campo e esta massa liberada “para viver, só poderia escolher entre a venda de sua força de trabalho ou a mendicidade, a vagabundagem e a rapina. A história nos ensina que esta massa tentou primeiramente tomar este último caminho, mas foi desviada dele pelo poder, o pelourinho e o chicote e empurrada pela estreita via que conduz ao mercado de trabalho”;⁷ por outro lado, aqui no Brasil, o *enclosure*

⁶ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1860, p. 343-4.

⁷ MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Politica*. México: Siglo XXI, v. II 1971. apud CASTRO, Antonio Barros. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. 1976. 124 f. Instituto de Filosofia e Ci-

consistia em manter o já secular trabalhador expropriado – ou seja, o negro – trabalhando compulsoriamente e, ao mesmo tempo, sobretudo com o fim do tráfico negreiro, pressionar o trabalhador livre expropriado (fosse ele nacional ou estrangeiro) a se deslocar para o processo produtivo nas fazendas.

Os sentidos dos dois processos internos de constituição do capitalismo foram diferentes, porém integrados: lá, o processo de formação do capitalismo também significou um processo de constituição do mercado interno de trabalho, direcionando o centro da economia do campo para a cidade;⁸ aqui, depois de 1850, manter-se acoplado ao sistema capitalista significou conservar a herança colonial – escravismo e latifúndio – e procurar absorver a população imigrante, já expropriada em seu país de origem, e constituir um mercado interno sob a égide do capital mercantil urbanizado, que, aliado à divisão internacional do trabalho, nos

ência Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado. Campinas, 1976, mimeo, p. 9.

⁸ Ao procurar explicar o surgimento histórico do capitalismo, Ellen Meiksins Wood, em *A origem do capitalismo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000) escreveu que a “associação do capitalismo com as cidades é uma das convenções mais firmemente estabelecidas na cultura ocidental. Supõe-se que o capitalismo tenha nascido e se criado na cidade” (p. 76.). Para esta historiadora, o capitalismo teve uma origem agrária na Inglaterra e foi a transformação das relações sociais de propriedade no coração do capitalismo agrário e a desapropriação dos pequenos produtores que fizeram os migrantes desalojados se transferirem para Londres. “O crescimento de Londres” – afirma ela – “também representou a unificação crescente não apenas do Estado inglês. Era, a um tempo, um grande ponto de trânsito do comércio nacional e internacional e uma vasta consumidora dos produtos ingleses, inclusive de sua produção agrícola. Em outras palavras, o crescimento de Londres, de toda sorte de maneiras, simbolizou o capitalismo emergente da Inglaterra: seu mercado cada vez mais único, integrado e competitivo; sua agricultura produtiva e sua população desapropriada” (p. 88). A conclusão que Ellen M. Wood extraiu da história do capitalismo agrário, “é que uma dinâmica capitalista, enraizada numa nova forma de relações sociais de propriedade, precedeu a industrialização, tanto em termos cronológicos quanto causais. [...] A industrialização, portanto, foi o resultado e não a causa da sociedade de mercado, e as leis de movimento capitalistas foram as causas e não o resultado da proletarianização das massas.” (p. 111.)

direcionou a ser um país exportador de *commodities* e importador de bens manufaturados e de consumo geral.

2. Desvantagens nas relações de trocas mercantis

Mas, se por um lado, Sebastião Ferreira Soares não se ateuve, como Marx, à acumulação primitiva de capital, de outro, lhe era claro que as nações em processo de industrialização levavam vantagens no comércio internacional com os países agrícolas. Detectando uma deterioração das relações de troca dos países assentados na economia primária, Ferreira Soares afirmava que:

o Brasil precisa de fundar fabricas de tecidos e outros objectos dos mais communs usos de nossos conterraneos, aliás sempre estaremos a trabalhar para as industrias estrangeiras, produzindo e vendendo a materia prima, para depois recebermol-a por altos preços já fabricada, quando no paiz, estabelecendo-se fabricas, ficarão aqui em maior parte os capitaes que sahem para se empregar nos objectos dos usos mais communs da vida do homem em sociedade.⁹

Neste ponto, as críticas da Associação Industrial – primeiro grupo de interesse industrial fundado no Brasil em setembro de 1880 – eram mais radicais. Procurando levar suas visões diretamente ao público, pois a Associação Industrial tinha pouca influência nos altos círculos do governo,¹⁰ ela fazia denúncias contra as doutrinas do livre comércio¹¹ como um jogo efetuado

⁹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de estatística*. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 153. Para Stanley J. Stein, em *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 26, esta análise de “Ferreira Soares não apresentava um ponto de vista inteiramente isolado ou mesmo inédito. Tratava-se apenas de uma lúcida recolocação de idéias em discussão desde o início dos anos quarenta.”

¹⁰ RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 216.

¹¹ “Esta nova lei, ou este dogma, [...] em contraposição ao regimen de protecção

pelas nações industrializadas, particularmente a Inglaterra, para manter o Brasil agrícola e dependente. Anunciando *avant la lettre* outra doutrina da teoria moderna de dependência, afirmava o Manifesto distribuído pela Associação Industrial por ocasião de ser constituída legalmente a sociedade:

D'ahi a politica anti-americana aqui trilhada em todas as relações exteriores, o systema economico que arruinou a nossa marinha mercante e paralysa a industria nacional, prologando-se o regimen colonial apesar da vã solução de continuidade de 1822.

Com effeito, para um paiz exclusivamente agricola e productor de materias primas, que revertem-lhe manufacturadas pelo duplo de seu valor de exportação, recebendo da industria estrangeira todos os seus artigos de consumo, não é uma illusão a independencia politica?

Não é o Brazil uma simples feitoria commercial e colonial explorada pelos traficantes europeus que com raras excepções nem se fixam em seu solo, nem se identificam com seus interesses?¹²

A Associação Industrial insistia, assim, que a incipiente indústria nacional necessitava de proteção aduaneira, visto que o protecionismo conseguiu efeitos positivos na Europa e especialmente nos Estados Unidos, cuja prosperidade e poder eram retratados como resultados diretos do desenvolvimento

de que usavam as nações em apoio ao trabalho de seus povos.” *O Trabalho nacional e seus adversarios*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1881, p. V.

¹² *O Trabalho nacional e seus adversarios*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1881, p. 21-2. O “Manifesto da Associação Industrial” também publicado em *O Industrial*. Rio de Janeiro, 1(1) 21 mai. 1881, p. 2-5. *O Industrial* – órgão da Associação Industrial – teve 33 números publicados de 21/05 a 29/12/1881. Com as exceções dos números 2 e 28, todos os demais exemplares podem ser encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Eugene Ridings, em *Business interest groups in nineteenth-century Brazil* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994) diz que este jornal circulou de maio de 1881 até 1884, ano em que a Associação Industrial sucumbiu à inatividade.

industrial através de proteção de tarifa alfandegária.¹³

Contrapondo-se ao protecionismo, o escritor José de Alencar, então no Partido Conservador, defendia que a interferência estatal para regular o mercado na verdade criava ainda mais dificuldades para o bom andamento da economia. Em um país essencialmente agrícola, a intervenção do poder estatal só fez criar artificialmente uma “indústria nacional”, dizia.¹⁴ Para o autor de *O Guarani*, o protecionismo tinha pretensões filantrópicas para com as classes pobres. “Falai com um dos nossos protecionistas”, escrevia Alencar, “e elle vos dirá quase enternecido:

– ‘A tarifa brasileira elevando os direitos da roupa, dos moveis, do calçado, garantiu o salario aos nossos patricios alfaiates, marceneiros, sapateiros, e suas filhas costureiras. Sem a paternal solicitude da lei, essas classes operarias não teriam que fazer, e não ganhariam os meios de subsistencia. Pois todas comprariam de preferencia o producto estrangeiro, por ser mais barato’.¹⁵

¹³ Mesmo a Inglaterra, defensora do livre cambismo, também impôs restrições tarifárias às exportações brasileiras de açúcar e de café ao longo da primeira metade do século XIX. Este protecionismo, mostrou Paulo Nogueira Batista Jr., “foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento relativamente lento das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX.” Política tarifária britânica e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 34(2):203-239, abr./jun. 1980. (cit. p. 237.)

¹⁴ ALENCAR, José de. A agricultura. In: *O Protesto: jornal de Tres*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. apud *José de Alencar, com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, 1922, p. 251-255. (O destaque está na edição citada, p. 252.). Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontram-se, com exceção do n. 3, os cinco únicos números desse periódico, que teve o seu primeiro número publicado em 05/01/1877.

¹⁵ ALENCAR, José de. O engodo da protecção. In: *O Protesto: jornal de Tres*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. apud *José de Alencar, com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, 1922, p. 261-266. (cit., p. 262.). Convém lembrar que no ano de 1877 ocorreu, sob o auspício da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, uma disputa no meio de fabricantes de chapéus, muitos dos quais eram membros desta sociedade, acerca dos aumentos ou abaixamentos das tarifas de chapéus

Filiado ao Partido Conservador, nesse assunto Alencar aliava-se ao ideário do livre mercado, pois criticava os propugnadores do desenvolvimento industrial nacional através de práticas protecionistas,¹⁶ ao afirmar serem as taxas crescentes em produtos também feitos no Brasil produtoras de “carestia artificial”. Por “absoluta ignorancia da lei economica da concorrência”, “os efeitos práticos da paternal solicitude dos legisladores”, bem como “a obra de caridade do fisco” de aumentar a taxa aduaneira, criaria, de acordo com ele, uma situação econômica em que a elevação dos salários dos operários seria bastante inferior em relação ao aumento dos demais bens consumidos pelos trabalhadores. Este seria o efeito perverso de ações protecionistas que almejassem melhorar “a condição das classes operarias”.¹⁷ Alencar defendia o livre comércio citando o caso da Inglaterra, pois as sedas desse país, enquanto foram protegidas por uma proibição alfandegária absoluta, eram péssimas e caras, e foi somente após a diminuição das tarifas sobre as sedas chinesas importadas que a concorrência obrigou e estimulou a indústria inglesa de seda a moderar o preço da mercadoria e melhorar a qualidade dos seus produtos:

e suas matérias-primas. Sob a direção de seu Presidente, o antigo presidente do conselho do 25^a gabinete, Visconde de Rio Branco, a Sociedade Auxiliadora submeteu ao governo imperial um programa de 12 pontos para o desenvolvimento da indústria, que incluía a proteção por meio de uma tarifa alfandegária.

¹⁶ Ver, por exemplo, no *Jornal do Commercio*, os comentários de um articulista da revista *Economist* sobre como a “tutella do governo acanha de continuo as aspirações da industria, e não a deixa mover-se sem o seu beneplacito”. Cf. “O governo e a industria”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07 out. 1856, p. 2. A tarifa de 1879, que evidenciava um apoio crescente para o desenvolvimento industrial, pois nela havia taxas crescentes em produtos também feitos no Brasil, foi extensamente criticada por liberais econômicos como sendo elaborada sob a influência da ideologia protecionista. Cf. RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 213-220.

¹⁷ ALENCAR, José de. O engodo da protecção. In: *O Protesto: jornal de Tres*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. apud *José de Alencar, com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, 1922, p. 262.

a concorrência estabelece a balança entre a oferta e a procura, de modo que os produtores ou os negociantes, seus intermediários, têm de satisfazer-se com um lucro módico, afim de lutarem com os competidores.

Desta arte as condições do mercado são reguladas pelo seu abastecimento combinado com as exigências do consumo, e o operário que percebe um salário de 1\$000 póde ter a certeza que, salvas as oscillações transitorias, seu salário está em proporção com o preço das subsistências.

Não [é] assim no regimen protector onde tudo é fictício e arbitrário. O fisco sobrecarregando de 40% o preço da mercadoria estrangeira augmenta o empate do capital, e diminue o abastecimento; por outro lado o productor, exaggera o seu á vontade.

Releva ainda notar que o preço do genero importado não representa o seu justo valor mercantil, porque n'elle entra a taxa dos 40%, calculados sobre uma base geralmente excessiva.

E' obvio, pois, que no regimen protector a carestia sendo um facto permanente e estranho ao movimento do mercado, não guarda a justa proporção que se observa no commercio livre.

Assim o operário póde, como succede nesta côrte, obter grande augmento de salário e não ter o bastante para acodir ás suas necessidades; porque a roupa e o alimento encareceram mais do que o seu officio.

Cumpra ainda não esquecer, que si o operário pudesse trabalhar mais barato, elle trabalharia mais; pois haveria maior procura de seus serviços, o que é uma condicção de prosperidade para as classes laboriosas.

Em conclusão a obra de caridade do fisco se reduz a augmentar a somma de réis do salário, sem augmentar o bemestar do operário. Ao contrario, reduzindo pela carestia o numero dos consumidores, elle tolhe o desenvolvimento do trabalho, e sopita todos os incentivos que concorrem para a perfeição das industrias.

O que a philantropia de nossos financeiros póde dar de si é operários pobres e inhabeis.¹⁸

¹⁸ ALENCAR, José de. O engodo da protecção. In: *O Protesto: jornal de Tres*.

Mas se essas assertivas sobre a economia eram logicamente corretas, elas não atentavam que era a própria competição entre os agentes econômicos existentes no livre mercado que criava, na ânsia de aumentar os lucros deles, a aglutinação entre os grupos, fazendo surgir os oligopólios, oligopsônios, cartéis etc. Além disso, na troca comercial entre as nações, havia de se perceber quais eram as condições históricas desses países, pois uma nação que já havia conseguido estruturar internamente a sua produção industrial, como era o caso da Inglaterra, fazia com que ela defendesse, com a finalidade de expandir externamente o seu mercado consumidor, o fim de tarifas alfandegárias restritivas aos produtos manufaturados importados existentes em países que procuravam, desta forma, proteger o seu incipiente parque fabril da competição internacional. Para um defensor da indústria manufatureira brasileira, muitos “publicistas estrangeiros” eram favoráveis ao livre mercado. Porém, indagava:

Escreverão [...] esses publicistas para nós? Conhecem elles as condições da nossa vida economica? Que muito é que a Inglaterra sustente a liberdade absoluta no commercio internacional, ella que, emquanto não reunio as forças precisas para tornar-se o colosso de hoje, foi a mais decidida proteccionista?

Ponhamos, portanto, de parte essas theorias absolutas, que nada rendem em questões praticas, para nos lembrarmos sómente de que os proprios chefes da escola liberal em materia economica não prescreverão o systema de uma bem entendida protecção. ‘Attendendo-se ao tempo em que viverão Colbert e Cromwell, e mesmo muitos homens de estado mais proximos da época em que estamos, diz M. Chevalier, póde-se sustentar com vantagem que a protecção pela lei da alfandega foi legitima e opportuna.’ Eis o caminha que têm seguido os povos que attendem mais para seus interesses peculiares do que para theorias vãs, que em nada lhes aproveitão.

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. apud *José de Alencar, com uma introdução de Mario de Alencar*. Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, 1922, p. 265-266.

Por isso elles prosperarão; e nós viveremos eternamente plantando café com o braço escravo?¹⁹

3. Produção e demanda efetiva travada

Aliado a isso, havia as questões internas do emprego e da carestia. A imprensa “dedicada aos interesses do povo” pedia normas legislativas em prol da produção manufatureira nacional através de medidas protecionistas.

Tratando-se dos meios de promover o augmento do trabalho, o nosso parlamento é um obstaculo, pois diminue sempre a taxa dos objectos que veem do estrangeiro, e que podiam ser feitos no paiz. A materia prima que é necessaria a fabricação de diversas obras procedem ao contrario, resultando d’ahi ficarem os trabalhos feitos na Europa mais baratos que os fabricados no paiz. A continuar a nossa indiferença a classe operaria será obrigada a correr para o interior, viver de expediente, e sujeitar-se a soffrer o que actualmente acontece ás victimas da secca, que nós apelidaremos – as victimas da falta de trabalho.²⁰

Desde a década de 1850, quando o capital mercantil urbanizado causou uma carestia dos gêneros alimentícios, que assolou os maiores centros urbanos no Brasil imperial, era claro que o Estado precisava intervir no mercado para regularizá-lo,

¹⁹ Industria manufatureira. In: *O Auxiliador da Industria Nacional*. n. 8, ago. 1880, p. 172-174. (cit., p. 174.)

²⁰ Indiferença. In: *O Proletario*. Rio de Janeiro, 1(1) 07 out. 1877, p. 1-2. Como as tarifas alfandegárias eram a maior fonte de renda do regime imperial, todo o aumento das despesas públicas, como foi a guerra do Paraguai (1864-1870), obrigava o governo a elevar os direitos aduaneiros. De 1844 até 1880, ano este em que de fato uma certa proteção efetiva foi concedida, toda vez que o governo estava carente de recursos financeiros a administração alfandegária agia dessa forma. Ao longo da história brasileira, a primeira tarifa que verdadeiramente pode ser descrita como uma tarifa protecionista ocorreu somente em 1900, com os aumentos das taxas que culminaram na tarifa decretada naquele ano.

pois os salários não acompanhavam na mesma proporção as altas registradas nos víveres e alugueis para a reprodução da força de trabalho. Numa carta dirigida “ao publico e ao governo imperial”, um correspondente que se assinava “um da classe pobre” solicitou ao *Correio Mercantil* a publicação da seguinte declaração:

Ainda não extincta a calamitosa época da carestia dos viveres, aparece agora o augmento dos alugueis das casas. Esta alternativa para o homem que pelo seu trabalho apenas mal pôde attender ás necessidades mais urgentes da vida é summamente vexatoria; e deve sem duvida acarretar a desgraça de muitos, que não podendo satisfazer exigencias tão pesadas, e fustigados pela necessidade, pratiquem actos infames que bem longe estão de pensar e praticar. E' sabido e notorio que a classe de empregados publicos, militares e artistas contão receber mensalmente uma quantia certa pelo seu trabalho, e desta feita a divisão para as precisões da vida, impossivel é na actualidade fazer face a receita com a despeza; como pois se pretende impôr mais este accrescimo em suas habitações! Quer-se por ventura que a classe pobre sugente-se a morar em cortiços como abelhas? Não será admissivel que o pobre possa ter sua commodidade? Dizem os senhorios que o augmento dos alugueis das casas provém de ter havido accrescimo na decima das mesmas. Se esta é a razão primitiva para tal augmento, desde já me antecipo a pedir a S. Ex. o Sr. ministro da fazenda que, em attenção ao estado deploravel do pobre, se digne modificar esta imposição nas casas cujos alugueis não excederem de 20\$000 a 25\$000, pois são justamente as que a classe pobre pôde occupar.²¹

²¹ O que será do pobre. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 25 nov. 1856, p. 2. Nove anos depois, em 1865, o Dr. Antonio Corrêa de Sousa Costa em *Qual a alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influencia sobre a mesma classe*. Tese de concurso para cadeira de hygiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865, p. 30-31. escrevia: “Não é no centro da cidade [do Rio de Janeiro], sobretudo da cidade velha que habitam os individuos, que merecem a denominação de pobres; nesses lugares, centro da actividade e do commercio, as habitações, posto que geralmente detestaveis, são de preços de tal maneira

Como certos agentes econômicos naquele momento tomavam proveito de sua prevalência e força no mercado, para os proletários o Estado deveria intervir para regularizar e normatizar medidas que procurassem sanar a péssima condição na qual se encontrava o proletário urbano. Os altos preços dos víveres e dos alugueis também faziam subir os salários, mas ao mesmo tempo impeliam as manufaturas, para não diminuïrem os seus lucros, a despedir parte dos seus operários livres. Este é um ponto relevante para entendermos a constituição do mercado de trabalho urbano sob o escravismo moderno: as manufaturas, que empregavam tanto trabalhadores livres (nacionais e estrangeiros), como trabalhadores escravos (alugados ou de sua propriedade), despediam primeiramente os trabalhadores livres assalariados diante do aumento salarial decorrente da subida dos preços de todos os gêneros de consumo.²² Como o escravo era parte do

fabulosos, que a classe pobre não comporta. E' pois nos lugares um pouco affastados do centro da cidade que residem os pobres livres. As casas que habitam são geralmente de acanhadas dimensões, baixas, edificadas ao nível do solo, e munidas de um pequenissimo numero de janellas: muitas vezes são destituídas de assoalho e tem por cobertura a telha. A par destas habitações outras existem, ainda mais prejudiciais á saude publica pela preterição a mais completa de todas as regras higienicas na sua construcção e pela circumstancia da agglomeração de individuos. Queremos fallar dos **cortiços**, isto e, de compridas casas, singularmente divididas em um sem numero de cubiculos estreitos e escuros, onde existem accumuladas muitas pessoas. Há uma parte de nossa população pobre, que fugindo do centro da cidade onde as casas são caras, vai habitar os arrabaldes ou mesmo as montanhas situadas no coração da cidade. Estes, com quanto não achem nas casas as condições satisfatorias de salubridade, estão todavia em melhores circumstancias de que os outros."

²² A fábrica de cerveja de Leon Leiden & Companhia, instalada na Corte desde 1850, informava que em 1852 ela empregava "apenas tres pessoas no costeiro da fabrica; actualmente [1866] damos trabalho a 32 operarios, cujos salarios elevam-se á cerca de dous contos de réis por mez. Sendo essa despeza um tanto consideravel, tratamos de reduzir-o, supprindo a maior parte do trabalho braçal por um vapor da força de cinco cavallos, que move todas as machinas da fabrica, inclusive a de lavagem de garrafas, de arrolhamento, etc. Apesar disso, o desenvolvimento da fabrica tem sido tal, que fomos obrigados a conservar todo aquelle pessoal, augmentando-o com um

patrimônio, do capital fixo, ele não podia ser dispensado. Assim, quando era necessário diminuir os gastos com a mão-de-obra, a ordem de dispensa recaía primeiramente sobre os livres assalariados e só depois sobre os escravos alugados.

4. Produção manufatureira escravista

Na Companhia Ponta da Areia, nesse momento o mais importante estabelecimento fabril existente no Império, o parecer do seu conselho fiscal afirmava que enquanto no ano de 1856 o valor da produção foi de 865:287\$427, e em 1857 elevou-se a 956:594\$586, a receita do estabelecimento foi de 219:518\$819 e de 208:518\$819, respectivamente para os anos de 1856 e 1857. O aumento da produção mas diminuição nos lucros era explicada

pela alta progressiva dos salários, e dos preços de todos os objectos de consumo. Ainda assim é satisfactorio observar que os lucros do anno, a não serem absorvidos pelo sinistro de 24 de junho [incêndio ocorrido em 24/06/1857, que destruiu parte considerável do estabelecimento], dariam ao capital um dividendo de quasi 10%, como observareis dos dados contidos no relatório da presidencia. Os gastos da fabricação, que no anno de 1856 subirão a 78:731\$151, ou 9% do valor da produção, no anno seguinte, sendo maior a produção, apenas se elevarão a 53:934\$261, isto é, pouco mais de 5 ½ % da mesma produção.

machinista." *Informações sobre a fabrica de cerveja da rua riachuelo nº 78 de Leon Leiden & Companhia offerecidas ao jury da exposição nacional de 1866.* Rio de Janeiro, Typographia do – Commercio – de Pereira Braga, 1866, p. 5. Em setembro de 1871, Alexandre A. R. Sattaminl, da seção de estatística industrial da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, afirmava que o "alto preço dos salarios é as mais das vezes apontado pelos industriaes como a causa principal do pouco desenvolvimento que no paiz apresentam certas industrias, pelo que procurão obter da protecção do governo pesados direitos de entrada para productos similares estrangeiros, afim de, encarecendo estes, poderem os nacionaes alcançar no mercado preços remuneradores". *Estatística industrial.* In: *O Auxiliador da Industria Nacional.* n. 11, nov. 1871, p. 501-509. (cit. p. 508.).

Ainda este resultado animador vos fôra predito pelo conselho fiscal no relatório anterior, anunciando-vos a fundação de importantes machanismos para o fim de facilitar o trabalho. A' esta causa cumpre atribuir também a diminuição de pessoas, que sendo em 1856 de 667 pessoas, desceu em 1857 a 591, sendo quase igual a receita, e maior a produção do estabelecimento.²³

Comprado por Mauá em 1845, o “modestíssimo telheiro com máquinas primitivas de fundição de ferro e carreiras ao lado, onde se faziam barcos de vela”, localizado em Niterói, cresceu muito na década de 1850. Em 1851 o seu capital era de 1.250:000\$, quando o orçamento do Brasil era de 27.200.000\$, e o capital de nosso maior banco, o Commercial, era de 2.500:000\$.²⁴

O pessoal era composto, em 1846, de 80 trabalhadores,²⁵ quatro anos depois eram em número de 350 os operários empregados.²⁶ Chegando a contar perto de 700 operários em suas oficinas,²⁷ a Ponta da Areia em, 30 de junho de 1855, empregou

²³ Ponta D'Area. *Jornal do Commercio*, 15 jun. 1858, p. 2. Parecer de 14 de junho de 1858 assinado por João Coelho Gomes Filho, Joaquim da Fonseca Guimarães e João Baptista da Fonseca.

²⁴ FARIA, Alberto de. *Mauá. Irenêo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, 1813-1889*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & Cia, 1926, p. 134-5.

²⁵ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992, p. 155.

²⁶ *Relatório geral da exposição nacional de 1861 e relatórios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha*. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862, p. 89.

²⁷ Números fornecidos pelo Barão de Mauá em seu relatório datado de 14/06/1858 aos acionistas da Ponta da Areia. Cf. “Gazetilha./ Ponta D'Area”, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1858, p.2. Alberto de FARIA, em *Mauá. Irenêo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, 1813-1889*. Rio de Janeiro, Paulo, Pongetti & Cia, 1926, p. 135, escreveu: “Calcula o Commendador Casemiro Costa que chegou [a Ponta da Areia] a ter 1.000 operários.” Consideramos que 1000 é um número exagerado e sem comprovação empírica. No máximo, a Ponta da Areia empregou 700 operários.

pouco mais de 400 operários e trabalhadores, subindo, seis meses depois, para 622, sendo 441 livres e 181 cativos.²⁸ Em 1857, ela dava colocação a 591 trabalhadores, dos quais 180 eram brasileiros, 237 estrangeiros e 171 escravos.²⁹ Em abril de 1860, o presidente da companhia, Barão de Mauá, informava aos seus acionistas que nos últimos três anos estava ocorrendo uma redução dos lucros da empresa.

A produção das nossas diversas oficinas importou no ano de 1858 em 638:248\$168, e no anno de 1859 em 547:706\$647, tendo subido no anno de 1857 o seu algarismo a 956:594\$586; a sensível diminuição experimentada na produção destes dous ultimos annos relativamente á dos anteriores, provém não só

²⁸ Gazetilha./Companhia da Ponta D'Arêa. – *Relatorio do presidente*. Rio de Janeiro, 31 dez. 1855. – *Barão de Mauá.*, *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 7 abr. 1856, p. 2. O parecer do conselho fiscal da companhia, de 31 de março de 1856, registrava “que o nosso estabelecimento fazia honra ao paiz, e assim pensarão todos quantos souberem que elle alimentava em 31 de Dezembro com avultados salarios a 622 pessoas, 441 livres e 181 captivas; consistindo hoje [31/03/1856] o pessoal em 614 pessoas, divididas pela seguinte maneira: 2 engenheiros, 1 desenhista, 91 machinistas e aprendizes, 148 caldeireiros e aprendizes, 76 fundidores e aprendizes, 8 modeladores, 18 rebarbadores, 21 ferreiros e aprendizes, 194 carpinteiros e aprendizes, 23 calafates, 12 empregados e 20 serventes. Com prazer vos annunciamos ainda que no numero dos trabalhadores livres se encontram cerca de 200 Brasileiros, pela maior parte jovens que ali têm aprendido e aprendem diversos officios, e delles tirão subsistencia para si e suas familias.” *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07 abr. 1856, p. 2.

²⁹ Números fornecidos pelo Barão de Mauá em seu relatório datado de 14/06/1858 aos acionistas da Ponta da Areia. Cf. Gazetilha./ Ponta D'Area. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1858, p. 2. Baseando-se em outra fonte, Luiz Carlos SOARES informa que no “início de 1857, o estabelecimento de Mauá tinha em serviço efetivo 667 empregados, dos quais 507 eram livres, sendo 300 estrangeiros e 207 brasileiros, o que correspondia a 76%, enquanto os escravos somavam 160, o que equivalia aproximadamente a 24% dos trabalhadores do estabelecimento.” SOARES, Luiz Carlos. A manufatura na sociedade escravista: o surto manufatureiro no Rio de Janeiro e nas suas circunvizinhanças (1840-1870). In: MAURO, F. (Org.). *La préindustrialization du Brésil*. Paris: CNRS, 1984, p.33.

da estagnação do commercio e da industria no mesmo periodo, resultante do abalo commercial que por toda a parte fez sentir seus funestos effeitos, mas ainda da promulgação da nova tarifa das alfandegas do imperio, que, impondo aos artefactos de ferro importados do estrangeiro direitos apenas nominaes, desafia uma concurrencia com que mal póde lutar a nascente industria do paiz. Nem é esse o único resultado prejudicial da nova tarifa na parte que nos respeita; toda a materia prima, que a nossa empreza importava, gozou sempre de isenção de direitos de importação, por graça especial do poder executivo; desde, porém, que a nova tarifa entrou a vigorar, cessou aquelle favor, e essa cessação veio cerceiar os nossos lucros, que no anno de 1858 importárão em 139:937\$842, e no anno de 1859 importárão em 169:074\$747, ao passo que em 1857 se havião elevado a 196:930\$747. Muito concorreu tambem para essa diminuição dos lucros da empreza a progressiva carestia dos materiaes e a mão de obra, e principalmente a falta de valiosos moldes de desenhos que a companhia adquirira a pouco e pouco [sic] no decurso de muitos annos, e de que n'um volver de olhos se vio privada pelo incendio [ocorrido em 24/06/1857] que reduzio a cinzas um dos seus mais importantes edificios.³⁰

Devido à estagnação do comércio, consequente à grande crise de 1857, que fez escassear a procura, aliada à promulgação da tarifa das alfândegas, que pela modicidade dos direitos impostos aos artefatos de ferro vindos do estrangeiro expôs a empresa a uma concorrência por demais onerosa e elevou a alíquota sobre a importação de bens intermediários encarecendo os custos, e aos reveses que lhe ocasionou o incêndio de junho de 1857, que lhe devorou algumas oficinas e onde se consumiram modelos representando valores e aturado trabalho; enfim, todos esses elementos fizeram diminuir a produção da Ponta da Areia e, por conseguinte, reduziram os lucros da empresa.

³⁰ Gazetilha/Ponta D'Arêa. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1860, p. 1.

E foi no ano de 1857 que o estabelecimento da Ponta de Areia teve mais próspera produção, como consta do relatório de 28 de abril de 1862, pela seguinte relação que apresenta da produção anual das oficinas:³¹

Em 1855.....	901:513\$937
Em 1856.....	865:287\$427
Em 1857.....	956:594\$586
Em 1858.....	638:248\$168
Em 1859.....	547:706\$647
Em 1860.....	557:886\$623
Em 1861.....	275:052\$116

Achando-se em embaraços, com um prejuízo acumulado até 31 de dezembro de 1861 em torno de 127:225\$307, a Cia Ponta da Areia resolveu liquidar-se por qualquer meio, pedindo e esperando que o governo imperial comprasse o estabelecimento, indenizando-se da dívida de que era credor e pagando o excedente do valor estimado por meio de arbitramento.³²

Naquele momento, o estabelecimento era composto das oficinas de ferreiros, modeladores, fundidores, caldeireiros, maquinistas, carpinteiros e calafates. De acordo com o gerente da companhia, Ricardo Maciel Azamor, a Ponta da Areia empregava 374 pessoas em 20 de fevereiro de 1862, alocados da seguinte forma nas oficinas e demais ocupações da companhia:

³¹ *Relatorio geral da exposição nacional de 1861 e relatorios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha.* Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862, p. 399.

³² O estabelecimento de Mauá foi fechado em 1862. SOARES, Luiz Carlos A manufatura na sociedade escravista: o surto manufatureiro no Rio de Janeiro e nas suas circunvizinhanças (1840-1870). MAURO, F. (Org). *La préindustrialization du Brésil.* Paris: CNRS, 1984, p. 31.

TABELA 1

	Ocupações	Oficinas da fábrica: ferreiros	Oficinas da fábrica: modeladores	Oficinas da fábrica: fundidores	Oficinas da fábrica: caldeiros	Oficinas da fábrica: maquinistas	Oficinas do Estaleiro: carpinteiro	Oficinas do estaleiro: calafates	Oficinas do estaleiro: carapinas	Total
Engenheiro Diretor	1	----	----	----	----	----	----	----	----	1
2º Engenheiro	1	----	----	----	----	----	----	----	----	1
Desenhadores	2	----	----	----	----	----	----	----	----	2
Empregados	7	----	----	----	----	----	----	----	----	7
Porteiros	----	----	----	----	----	----	1	----	----	2
Feitores	2	----	----	----	----	----	----	----	----	2
Mestres	----	1	1	1	1	1	1	----	----	6

(Fonte: Relatório geral da exposição nacional de 1861 e relatórios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862, mapa n. 1 citado na p. 89.)

Entre as 374 pessoas empregadas na Cia. Ponta da Areia em 20 de fevereiro de 1862, estavam compreendidos 132 brasileiros livres, 107 portugueses, e 101 escravos, como melhor demonstra a TAB. 2:

TABELA 2

Ocupações	Brasileiros livres	Portugueses	Inglêses	Françeses	Belgas	Alemães	Chineses	Italianos	Espanhóis	Africanos escravos	Crioulos escravos	Total
Engenheiro diretor		1										1
2º Engenheiro				1								1
Desenhadores		1	1									2
Empregados	6	1										7
Porteiros	1							1				2
Feltores		2										2
Mestres		2	4									6
Mandadores		3										3
Operários	125	98	7	4	2	9			3	57	26	331
Serventes							1			17	1	19
Soma	132	107	13	5	2	9	1	1	3	74	27	374

(Fonte: Relatório geral da exposição nacional de 1861 e relatórios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862, mapa n. 1 citado na p.89. Obs.: sem discriminar

os números, na companhia havia escravos que pertenciam à empresa e outros que eram alugados de particulares.)

Foi nesse ambiente babélico que os escravos fizeram uma paralisação, conforme noticiou o *A Patria*, de 26 de novembro de 1857:

Ontem [25/11/1857], das 11 horas para o meio dia, segundo nos informam, os escravos do estabelecimento da Ponta d'Areia levantaram e recusaram-se a continuar no trabalho, sem que fossem soltos três dos seus parceiros, que haviam sido presos por desobediência, às ordens do mesmo estabelecimento.

Felizmente o levantamento não ganhou terreno, pois o Exmo. Sr. Dr. Paranaguá, apenas teve notícia, dirigiu-se ao local e fez conduzir para a casa de detenção presos os trinta e tanto amotinados.³³

Na Companhia Ponta da Areia também foi registrada a ocorrência de uma briga entre Vicente Gonçalves de Oliveira, mestre caldeireiro, e um operário inglês também caldeireiro. Conforme noticiavam em jornal:

Na segunda-feira [15/10/1860], às 3 horas da tarde, o mestre da officina de caldeireiro da Ponta d'Arêa mandou por um official inglez cortar uma chapa, e tendo este obedecido, foi sem motivo reprehendido pelo mesmo mestre, que lançou mão de uma tenaz e foi sobre elle: um outro official conseguiu arrancar-lhe semelhante instrumento; mas elle munio-se de um ferro quadrado e espancou o inglez. Sendo-lhe ainda arrancado esse ferro das mãos, pegou um martello, e ainda cahio sobre a victima com pancadas, deixando-o bastante maltratado, e com contusões em um braço, que desconfia-se esteja quebrado.

Sobre este facto ainda não houve procedimento algum da autoridade; apenas o culpado se dirigio ao director do estabelecimento, sem

³³ Apud QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. As primeiras lutas operárias no Brasil. *Revista do Povo*, ano II, n. 2, 1946, p. 32-33; 37-8. (cit. p. 38.).

duvida para exigir a expulsão da victima do mesmo estabelecimento ou a sua prisão!³⁴

Para o mestre caldeireiro da Ponta da Areia, Vicente Gonçalves de Oliveira, o noticiante da altercação havida entre ele e o operário da oficina de caldeireiros adulterou completamente a verdade, acobertando-se com a máscara do anônimo, além de concluir a sua notícia asseverando que ele, Vicente, foi reclamar a expulsão daquele operário do serviço do estabelecimento:

Em attenção ao publico e ás pessoas que me conhecem – publicava o mestre caldeireiro no *Jornal do Commercio* de 19 de outubro de 1860 – vou restabelecer a verdade. Mandando fazer uma obra pelo operario em questão, este não a tendo feito com a devida perfeição, mandei fazer outra recommendando-lhe mais cuidado, porém o operario principiou a desattender-me com palavras e gestos, que na qualidade de mestre da officina cumpria repellir; todavia revesti-me de moderação e tentei leva-lo com boas maneiras, tudo porém foi baldado; a minha moderação foi tomada por cobardia, e o homem investio sobre mim, e este ataque inesperado tive de responder da mesma sorte, e quando outros operários conseguirão separar-nos, estava eu com uma forte contusão no rosto junto ao olho esquerdo (que está ainda visível) e a camisa rasgada, ficando elle o braço esquerdo levemente contuso. Eis o que se passou e que foi por muitas pessoas testemunhado, assim como por todos é conhecido que este operario não tem bom comportamento e é dado a embriaguez. Dando parte do que havia occorrido ao Sr. engenheiro director do estabelecimento, não fiz mais do que cumprir o meu dever.³⁵

³⁴ Nitherohy, 17 de Outubro de 1860. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 18 out. 1860, p.2. Esta nota foi publicada primeiramente no *Monitor Provincial*, de 17 out. 1860, e reproduzida no *Jornal* e no *Correio Mercantil*, de 18 out. 1860.

³⁵ OLIVEIRA, Vicente Gonçalves de. Ponta d'Arêa, 18 de Outubro de 1860. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 19 out. 1860, p. 2.

A Ponta da Areia era um exemplo, o mais complexo nesse período, de como havia nos estabelecimentos manufatureiros uma combinação de relações escravistas com relações capitalistas de produção.³⁶ Somando-se a essas profissões existentes na Corte Imperial e áreas circunvizinhas da década de 1850 havia outras profissões: caixeiro, funileiro, carroceiro, bombeiro, alfaiate, costureira, negociante, marinheiro, padre, sapateiro, catraeiro, marceneiro, marítimo, feitor, trabalhador, padeiro, soldado, pedestre, maquinista, dourador, cocheiro, serralheiro, escrevente, chapeleiro, militar, tanoeiro, mascate, torneiro, servente, fêro, pedreiro, tamanqueiro, quitandeiro, criado, segeiro, calceteiro, cordoeiro, taverneiro, canteiro, falueiro, ferreiro, serviço doméstico, jornaleiro, charuteiro, lavadeira, padeiro, funileiro, pintor, pescador, tipógrafo, guarda-livro, mineiro, professor, relojoeiro, ourives, carnicheiro, lapidário, calafate, tecelão, confeiteiro, foguista, arçoeiro, serrador, ama de leite.

5. Mercado de trabalho livre em meio à escravidão

Quanto à configuração do mercado de trabalho urbano, se de um lado o setor manufatureiro instalado na Corte mostrava,

³⁶ Conforme levantamento efetuado por Luiz Carlos Soares, na Província do Rio de Janeiro, em 1856, registraram-se 1.471 operários. Deste número, 819 eram trabalhadores livres e 652 eram trabalhadores escravos. Entre os 819 trabalhadores livres, 253 eram nacionais e 566 estrangeiros. Anos depois, em 1872, era de 27.519 o número de pessoas registradas como operárias ou artistas que exerciam uma atividade industrial na Corte imperial. Nesse momento, o número de escravos chegava a 2.633 e representava uma pequena parcela diante de 24.886 trabalhadores livres. Já em 1882, em 92 estabelecimentos industriais da região fluminense, que responderam ao questionário formulado pela Comissão de Inquérito Industrial, eram empregados 4.432 operários não mais se encontrando entre eles trabalhadores escravos. Deste total, 1.567 eram empregados em 10 estabelecimentos do ramo têxtil, que já se constituía no principal ramo das atividades industriais. Cf. SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no sudoeste. Um estudo das atividades Manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*. (Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 1980, mimeo), cap. IV, p. 305-365.

a partir do ano de 1860, uma forte tendência a substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre, por outro lado, a presença de trabalhadores estrangeiros nas manufaturas era cada vez maior, conforme pode ser observado abaixo pelos números fornecidos pelo recenseamento de 1872:

TABELA 3

Ramos	Brasileiros	Estrangeiros	Escravos	Total
Canteiros, cavouqueiros etc.	243	620	65	928
Metais	1.112	1.599	276	2.987
Madeiras	2.276	2.954	690	5.920
Tecidos	4	10	----	14
Edificações	1.062	1.080	596	2.738
Couros e Peles	228	197	54	479
Tinturaria	1	7	----	8
Vestuários	865	1.422	232	2.519
Calçados	563	1.249	188	2.000
Chapéus	144	320	34	498
Totais	6.498	9.458	2.135	18.091

(Fonte: Recenseamento [...] 1872, apud SOARES, Luiz Carlos, A manufatura na sociedade escravista: o surto manufatureiro no Rio de Janeiro e nas suas circunvizinhanças (1840-1870). In: MAURO, F. (Org.). *La préindustrialization du Brésil*. Paris: CNRS, 1984, p. 42.)

Além de habilitar-se contra a concorrência de produtos estrangeiros no mercado interno, que impelia as manufaturas nacionais a melhorar a fabricação, e de economizar nas despesas da produção para que os seus produtos conseguissem por meio de igualdade, qualidade e preço ganhar os consumidores brasileiros,³⁷ os trabalhadores nacionais arrostavam uma luta com o trabalho estrangeiro. Na “Parte Política” de seu programa, a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros era bastante explícita quanto aos seus objetivos, nos quais constavam, entre outros pontos: “Obtenção de direitos, afim de affastar a concurrencia estrangeira das obras dos naturaes do paiz; Reducção d’aquelles a respeito do material estrangeiro, que for empregado nas fabricas nacionaes”;³⁸ Anos depois, e no mesmo diapasão, um operário escrevia na *Tribuna Artista* – “Periodico semanal escripto e redigido por artistas” publicado na Corte em fins de 1871 – que a “interdição dos operários nacionaes nas fabricas portuguezas é ainda um mal, e mal de funestas conseqüências”.³⁹

No início da década de 1880 a situação havia piorado para os trabalhadores nacionais. Forte exemplo disso era o caso de João

³⁷ Sobre a posição dos trabalhadores chapeleiros em prol da indústria nacional, no conflito entre produtores e comerciantes de chapéus em torno do protecionismo, ocorrido na Auxiliadora da Indústria Nacional, ver *A' Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional offerecem os artistas chapeleiros*. Rio de Janeiro: Typ. Economica, de Machado & C. 1876, p. 36

³⁸ Associações Nacionaes. *O Cidadão*. Rio de Janeiro, 1(1) 15 abr. 1856, p.4.

³⁹ Artes – Os Typographos. *Tribuna Artistica*. Rio de Janeiro, 1(3) 3 dez. 1871, p. 3. Este jornal, que era editado pelo tipógrafo José da Veiga, foi responsável pela divulgação dos ideais lançados pelo tipógrafo Octaviano Hudson para a fundação “de uma associação que garantisse a vida dos artistas isenta da politica e dos actuaes fins da Internacional”, culminando na instalação da Liga Operária, Associação de Socorros Mútuos, em 18 de fevereiro de 1872. O conflito étnico existente no período entre os trabalhadores fazia o idealizador da Liga Operária frisar: “A igualdade e a fraternidade reinará nesta associação, composta de nacionais e estrangeiros, a divisa será um por todos e todos por um. Protecção mutua, união, amor ao trabalho e instrução, taes são os fins da Liga Operaria.” HUDSON, Octaviano. Os artistas no Brasil – A Liga Operaria. *Tribuna Artistica*. Rio de Janeiro, 1(6) 25 fev. 1872, p. 2.

da Costa Rebello que saiu da província de Pernambuco, sua terra natal, e veio procurar emprego na grande capital do Império. Cheio de esperanças, e prometendo para sua família voltar brevemente para casa, o mísero infeliz foi aos arsenais. Estavam cheios de *afilhados*, que não tinham o que fazer, mas como ele não conhecia alguém ou *alguma* que intercedesse junto ao seu patrício, o Sr. Buarque, não conseguiu ser admitido. Foi aos estabelecimentos particulares: encontrou-os fechados. Não podia trabalhar pela profissão. Procurou outro trabalho, não achou! Teve fome e não teve o que comer. Estava entre o roubo e a morte. Era honrado. Preferiu morrer, suicidando-se no passeio público, conforme deu na *Gazeta de Noticias*, de 27 de abril de 1881:

Pouco depois de ter dado entrada no Hospital da Misericórdia, faleceu João da Costa Rabello, que conforme noticiamos, fôra ante-hontem [15/04/1881] às 7 horas da noite encontrado cahido dentro do Passeio Publico.

Em seu poder foi encontrada a quantia de 5\$980, bem como duas chaves e duas cartas, uma dirigida á autoridade e a outra a Francisco Moreira de Carvalho.

A dirigida á autoridade é a seguinte:

‘A’s autoridades policiaes. – Chamo-me João Rabello, filho de Pernambuco; não procurem o motivo de minha morte; peço apenas que mandem levar os bahús, que estão na hospedaria da rua da Assembléa n. 92 que têm o distico com o meu nome, em Pernambuco [sic], a meu irmão Camillo da Costa Rabello, morador á rua do Imperador n. 3, 2º andar.

A miseria de meu paiz é tanta que um artista morre de fome. As officinas cheias de estrangeiros e eu, filho da terra, ou havia de morrer de fome ou suicidar-me, como cheguei a fazer.⁴⁰

Por sua vez, o articulista do jornal *A Revelação*, que transcreveu a notícia acima, fazia as seguintes observações:

⁴⁰ Aos operarios Brasileiros. *A Revelação*. Rio de Janeiro, 1(7) 1 mai. 1881, p. 2-3. (cit. p. 2.)

E' mais um desgraçado que desapareceu das vossas columnas! Mais um dos vossos irmãos que victima da falta de trabalho, para não morrer lentamente devorado pela fome, procurou mais rapidamente a morte pelo suicidio! Sua morte, porém, não passou despercebida porque elle buscou o suicidio em um lugar publico para nelle exhalar o ultimo alento. Quantos, porém, quantos têm morrido a fome no fundo escuro do quarto de um cortiço? No leito desgraçado da Misericordia?

Quanto elle soffreu! E a sua morte passou tão ignoradamente como a morte de um quadrupede! Ninguem, nem uma voz se ergueu para dizer bem alto, que no Rio de Janeiro, Capital do Imperio, que têm uma lista civil de quasi dous mil contos, estão **morrendo á fome os operarios nacionaes.**

E' a prova mais evidente de tão decantado engrandecimento e progresso industrial.⁴¹

Para compreendermos essa situação, temos de ter em mente que o mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro conheceu duas fases bem distintas a partir do fim do tráfico negreiro: de afro-brasileira, em 1850, passa a ser predominantemente luso-brasileira até 1870; que segue de 1870 em diante a uma outra fase, a fase luso-brasileira e estrangeira que avançou pelo século XX.

6. Desdobramentos – à guisa de fecho

Para o entendimento histórico do mercado de trabalho livre na Corte Imperial no período de 1850 a 1888, convém analisar o homem livre pobre através de duas categorias: homem livre pobre expropriado e homem livre pobre não-expropriado. O homem livre pobre não-expropriado seria especialmente o artesão proprietário de oficina, o pequeno sitiante, o indígena e o camponês errante nos grandes sertões do Brasil.

⁴¹ Aos operarios Brasileiros. *A Revelação*. Rio de Janeiro, 1(7) 1 mai. 1881, p. 2-3. (cit. p. 2.)

O homem livre pobre desapropriado, por sua vez, ou estava presente nas cidades mais populosas, pequenos povoados e fazendas, onde eram os “ociosos” e os “mendicantes”, ou fôra absorvido pelo mercado de trabalho urbano ou rural, como proletários a “quase proletários”.⁴² Assim, a partir da segunda metade do Oitocentos, os proletários urbanos na Corte eram constituídos por nacionais livres, imigrantes e ex-escravos, todos estes concorrendo ao mercado de trabalho urbano com os escravos alugados e os escravos ao ganho que exerciam algum tipo de ofício.

Tal configuração fez aflorar um mercado de trabalho que conseguiu plasmar a força de trabalho capitalista com a escravista que, conseqüentemente, dificultava o crescimento do mercado interno. Na constituição do mercado de trabalho livre, a concorrência exercida pelo trabalho escravo, a cultura em torno da degradação do trabalho devida à existência da escravidão e o comércio de produtos importados que sempre superavam em valor e volume a produção e a comercialização nacional manufatureira, todos esses elementos ajudaram a impedir que muitos homens livres pobres expropriados nacionais e estrangeiros se integrassem como força de trabalho, constituindo, aos olhos da época, uma turba de “vadios”, “preguiçosos” e “mendicantes”.

⁴² “Ha fôra dos recintos das cidades e nas imediações das fazendas muita familia desvalida, muita gente, quasi proletaria, que vive miseravelmente do producto da pesca e da caça, ou de pequenas hortas e quintalejos, contíguos aos pobres ranchos de sapé, em que se abrigam das intemperies do tempo. Alguns, trabalham a jornal ou por empreitada, nas roças dos fazendeiros, sendo considerados como aggregados aos estabelecimentos agricolas; outros vagam na mais degradante ociosidade, tocando machete e cantando modinhas nos **sambas** e **cateretês** onde, não raro, surdem desordens e se representam sangrentas tragedias, em que são protogonistas estes menestreis do sertão.” MENEZES E SOUZA, João Cardoso de. *These sobre colonização do Brazil. Projecto de solução a’s questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatório apresentado ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 172. (grifos do original.)

Sob tais condições, o capital mercantil instalado na Corte depois do fim do tráfico negreiro comandava tanto a vida urbana como a rural. A comercialização de mercadorias importadas sobrepujava a produção manufatureira e artesanal local e no Vale do Paraíba fazia as suas zonas produtivas e exportadoras serem enredadas pelo meio circulante de caráter essencialmente mercantil e urbano.

Dessa forma, a vida urbana da Corte ganhava características próprias com a circulação subjugando a produção, fazendo o excedente produtivo agrícola-exportador ser absorvido pelo meio circulante e creditício. A par disso, para o financiamento da crescente burocracia estatal, a arrecadação fiscal nacional recaía sobre as aduanas, sendo que essa receita, devida à grande importação, era obtida mais sobre a importação do que sobre a exportação.

Por um efeito mecânico, a produção artesanal e manufatureira sofria os efeitos da tutela comercial exercida na Corte sobre esses setores produtivos, sobretudo no que diz respeito à política alfandegária adotada, para o entendimento do desempenho, estabilização ou fechamento das unidades manufatureiras nacionais. Ao mesmo tempo, o alargamento do mercado de consumo era impossibilitado pela escravidão, pois ficava barrada a transformação generalizada da força de trabalho em mercadoria.

O sistema escravista produziu internamente o expropriado. O proletário, o homem livre e pobre nacional estava lá, mas o nosso *enclosure* não conseguiu deixá-lo à disposição do capital nas fazendas agroexportadoras.⁴³ Notadamente na Corte do Rio de

⁴³ Para Maria Sylvia de Carvalho Franco - *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed., São Paulo: Kairós, 1983, p. 14. - foi a própria agricultura escravista de exportação que colocou os homens livres e pobres à margem, porque dispensáveis, mas, ao mesmo tempo, não os deixava à disposição do capital. Neste sentido, para não travar o processo produtivo nas fazendas em franca expansão (o Oeste paulista cafeicultor), pois ele se mostrou incapaz de incorporar imediatamente o negro liberto, o índio e o sertanejo brasileiro, aqui proletarizavam-se os imigrantes “que já haviam sofrido o processo de perda de suas posses em seus próprios países. O Brasil participava ativamente

Janeiro, os setores geradores de empregos somente absorviam uma reduzida parcela da força de trabalho disponível no mercado de trabalho urbano. Tal impossibilidade era porque na luta pela industrialização durante todo o Segundo Reinado, os grupos de interesse comercial, através de várias associações espalhadas pelo país, possuíam mais força e prevaleciam sobre os grupos de interesse industrial, fazendo os produtos importados ganharem campo na competição com os produzidos pela manufatura brasileira.⁴⁴

E, para além dos cargos públicos, empreguismo hipertrofiado pela economia mercantil-escravista, o país estava praticamente fechado para as profissões chamadas independentes. “A classe dos que vivem com os olhos voltados para a munificência do Governo”, escrevia Joaquim Nabuco em 1883:

é extremamente numerosa, e diretamente filha da escravidão, porque ela não consente outra carreira aos brasileiros, havendo abarcado a terra, degradado o trabalho, corrompido o sentimento de altivez pessoal em desprezo por quem trabalha em posição inferior a outro, ou não faz trabalhar. Como a necessidade é irresistível, essa fome de emprêgo público determina uma progressão constante do nosso orçamento, que a nação, não podendo pagar com a sua renda, paga com o próprio capital necessário à sua subsistência, e que, mesmo assim, só é afinal equilibrado por novas dívidas.⁴⁵

Fechava-se, assim, um círculo vicioso reprodutor de miséria. Um círculo de ferro que consistia em um processo produtivo

das condições postas pelo mercado de trabalho mundial.” M. MARTINS, M. S. Bresciani. *Liberalismo: ideologia e controle social*. Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910, Tese de doutorado, USP, 1978, v. II, p. 317 e segs.

⁴⁴ Cf. RIDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, sobretudo o capítulo “Industrialization”, p. 202-233.

⁴⁵ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: IPÊ, 1949, p. 160.

agroexportador das fazendas do Vale do Paraíba que, não conseguindo reter os expropriados nacionais e estrangeiros, os faziam se deslocar para a Corte. Esta também, em seu mercado de trabalho livre, não os absorvia, porque os pequenos setores secundário e terciário (privado) não geravam muitos empregos, já que o crescimento das unidades das manufaturas nacionais e, conseqüente aumento de postos de trabalho, estava associado à capacidade delas disputarem com os produtos importados um espaço no mercado interno de consumo e também porque o financiamento do setor terciário público, por depender da arrecadação fiscal aduaneira, estava preso à dinâmica do capital comercial. Este, no entanto, travava a expansão da produção manufatureira nacional, restando ao setor estatal hipertrofiar a sua capacidade de absorver pelo imposto e pelo empréstimo todo o capital disponível e distribuí-lo, “entre os clientes, pelo emprêgo público”,⁴⁶ deixando quase encerrada “todas as outras avenidas [...] da indústria, do comércio, da ciência, [e] das letras”.⁴⁷ Esse era o giro de uma economia nacional que se tornara capitalista, mas que era exportadora agrícola e ainda capenga para realizar a sua decolagem rumo à industrialização.

Para a compreensão da experiência histórica desse nosso *enclosure*, deve-se considerar que ele significou a configuração de um mercado urbano que não realizou a generalização do trabalho assalariado para a crescente população despojada de meios de produção e de subsistência, mas que produziu a reposição permanente da concentração da renda e do patrimônio para uma minoria endinheirada.

⁴⁶ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: IPÊ, 1949, p. 158.

⁴⁷ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: IPÊ, 1949, p. 160.

Referências

Fontes Primárias Impressas – Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Relatórios, Livros, Teses e Artigos

ALENCAR, José de. *José de Alencar, com uma introdução de Mario de Alencar*. [1877] Rio de Janeiro/Paris: Livraria Garnier, 1922.

Associação Industrial. *O Trabalho nacional e seus adversarios*. Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1881.

COSTA, Antonio Corrêa de Sousa. *Qual a alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influencia sobre a mesma classe*. Tese de concurso para cadeira de hygiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865.

Informações sobre a fabrica de cerveja da rua riachuelo nº 78 de Leon Leiden & Companhia offerecidas ao jury da exposição nacional de 1866. Rio de Janeiro: Typographia do – Commercio – de Pereira Braga, 1866.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo* [1883]. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

Relatorio geral da exposição nacional de 1861 e relatorios dos jurys especiaes, colligidos e publicados por deliberação da comissão directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862.

SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agricola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil*.

Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1860.
_____. *Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatística commercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Tomo I e II, 1865.
A' Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional offerecem os artistas chapeleiros. Rio de Janeiro, Typ. Economica, de Machado & C., 1876, 36 p.

SOUZA, João Cardoso de Menezes. *These sobre colonização do Brazil. Projecto de solução a's questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Relatorio apresentado ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

SOUZA, Irineu Evangelista de. Visconde de Mauá. *Autobiografia, exposição aos credores e ao público, seguida de O meio circulante no Brasil*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1948.

Jornais - Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 1853, 1860.

O Cidadão, Rio de Janeiro, 1856.

O Industrial, Rio de Janeiro, 1881.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1856, 1858, 1860, 1879.

O Monitor Provincial, Niterói, 1860.

O Proletario. Rio de Janeiro, 1877.

O Protesto: jornal de Tres, Rio de Janeiro, 1877.

A Revelação, Rio de Janeiro, 1881.

Tribuna Artística, Rio de Janeiro, 1871, 1880.

Revistas - Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

O Auxiliador da Industria Nacional, Rio de Janeiro, 1871, 1880.

REFERÊNCIAS: LIVROS E ARTIGOS

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Política tarifária britânica e evolução das exportações brasileiras na primeira metade do século XIX. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 34(2), p. 203-239, abr./jun. 1980.

CASTRO, Antonio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil. Um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1976, mimeo.

FARIA, Alberto de. *Mauá. Irenêo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, 1813-1889*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & Cia, 1926.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed., São Paulo: Kairós, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Liberalismo: ideologia e controle social (um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910)*. 1976. 256 p. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1976, mimeo.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10. ed., Unicamp/IE, Campinas, 1998.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. “As primeiras lutas operárias no

Brasil”, *Revista do Povo*, ano II, n. 2, 1946, p. 32-33; 37-38.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.

RUDINGS, Eugene. *Business interest groups in nineteenth-century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no sudoeste. Um estudo das atividades Manufatureiras na região fluminense: 1840-1880*. Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 1980, mimeo.

_____. *A manufatura na sociedade escravista: o surto manufatureiro no Rio de Janeiro e nas suas circunvizinhanças (1840-1870)*. In: MAURO, F. (Org.). *La préindustrialization du Brésil* Paris: CNRS, 1984.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Recebido em janeiro de 2011.

Aprovado em abril de 2011.